

O ACESSO PLENO À EDUCAÇÃO E A DIFICULDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS ESCOLAS RURAIS

FULL ACCESS TO EDUCATION AND THE DIFFICULTY OF IMPLEMENTING NEW TECHNOLOGIES IN RURAL SCHOOLS

Maria Aparecida Simões de Oliveira ¹

Cristiano de Assis Silva ²

RESUMO

Com o avanço da tecnologia, a forma e o modo de se comunicar, ensinar e aprender ampliou-se de formas inimagináveis. A internet foi uma das invenções que mais revolucionou a vida dos seres humanos e das comunidades. E, com tais inovações, vieram uma gama de questionamentos: Os alunos das escolas rurais terão pleno acesso à educação? Como adaptar os quatro pilares da educação a nova realidade? Todos terão acesso à internet e as tecnologias? As autoridades públicas farão esse investimento? Novas tecnologias podem ser implantadas em lugares sem sinal de telefone e internet? Infelizmente, algumas dessas perguntas ainda não possuem resposta. Apesar da globalização, há comunidades que ainda não foram atendidas com essas ferramentas valiosas. Nesse contexto, o presente trabalho lançou olhos sob as escolas públicas e rurais, dedicando-se mostrar a realidade da exclusão desconhecida por muitas pessoas. Além disso, buscou, por meio do estudo bibliográfico e científico, encontrar alternativas para alcançar a inclusão digital.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Escolas Rurais. Tecnologia. Comunicação. Dificuldades. Implementação.

ABSTRACT

With the advancement of technology, the way and the way to communicate, teach and learn have expanded in unimaginable ways. The internet was one of the inventions that most revolutionized the lives of human beings and communities. And with such innovations came a range of questions: Will rural school students have full access to education? How to adapt the four pillars of education to the new reality? Will everyone have access to the internet and technologies? Will public authorities make this investment? Can new technologies be deployed in places without phone and internet signal? Unfortunately, some of these questions are still unanswered. Despite globalization, there are communities that have not yet been served with these valuable tools. In this context, the present work looked at public and rural schools, dedicating itself to show the reality of exclusion unknown by many people. In addition, we seek, through bibliographic and scientific study, to find alternatives to achieve digital inclusion.

KEYWORDS: Education. Rural Schools. New technologies. Access to the media. Difficulty of implementation.

¹ Professora no município de Varre-Sai/RJ. Formada em Licenciatura Plena em História, pela FAFIA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Especialista em História do Brasil pela FAFIA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional, pelo Centro Universitário Barão de Mauá. **E-mail:** cidasimoes02@gmail.com.

² **ORIENTADOR:** Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

INTRODUÇÃO

A sociedade encontra-se cada vez mais imersa no mundo digital, a cada milésimo de segundo inúmeras informações são compartilhadas nos sítios de internet. Nesse cenário, a presente pesquisa científica, analisará, ainda que de forma concisa, o direito à educação, os quatro pilares da educação formuladas no “Relatório de Jacques Delors”, os benefícios da informatização no ambiente educacional e debruçará sobre a dificuldade de implementação das novas tecnologias na educação pública, especialmente nas escolas rurais.

Estudos recentes da Agência Educa Mais Brasil, constatou que a inclusão digital não existe para 4,8 milhões de estudantes no Brasil, sendo o principal fator, a ausência de acesso à internet. Essa realidade se faz ainda mais presente na zona rural.

Com a eclosão da pandemia do novo coronavírus, a tecnologia foi uma grande aliada na manutenção das relações sociais, profissionais e educacionais. Entretanto, os professores e alunos da zona rural, ao exercitarem, especialmente, os pilares aprender a conhecer e aprender a fazer, encontraram grande dificuldade na comunicação e compartilhamento de conteúdo com os alunos.

A falta de acesso a aparelhos eletrônicos, computadores, internet, políticas públicas de inclusão digital, foi um grande desafio para os professores que, mesmo diante dessa realidade, fizeram o possível para que os alunos não evadissem da escola e não ficassem com o conteúdo inteiramente defasado.

Nesse contexto, ao delimitar o tema e se debruçar sobre a realidade da educação nas escolas rurais, será possível propor novas estratégias de modo a viabilizar o acesso às novas tecnologias aos alunos. Para tanto, será utilizada ampla bibliografia, incluindo livros e artigos científicos, além dados oficiais que darão subsídio a pesquisa.

A EDUCAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS

A Constituição Federal de 1988 ao ser elaborada, garantiu amplos direitos e garantias fundamentais aos cidadãos, dentre eles está a educação. Em seu artigo 205, narra que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Observa-se que a educação deve ser exercida solidariamente entre o Estado, família e sociedade, sendo sua missão o pleno desenvolvimento do ser humano, porquanto impacta diretamente na construção pessoal, social e de toda nação. Ribeiro (2019, p. 617), também indica a sua imprescindibilidade no exercício da democracia:

A educação é um importante instrumento de construção nacional de um povo, indispensável para o exercício saudável da democracia. Isso se percebe com facilidade ao se constatar que num regime ditatorial a educação é desprezada, porque quanto mais ignorante um povo, mais fácil será dominá-lo; isso se dá, inversamente, numa democracia.

Cidadãos bem instruídos/educados estão sempre atentos a efetivação dos seus direitos, suas possibilidades de escolhas são amplas e sua compreensão crítica é formada após minuciosa da situação. As decisões são coerentes e seguras.

Apesar de a educação ser um dos valores supremos da Lei Maior e sua importância inquestionável, ainda não é garantida integralmente no país. A igualdade de condições ainda é um fator que caminha a passos lentos, especialmente quando se fala das novas tecnologias.

Contudo, mesmo diante das limitações

estruturais e orçamentárias da rede pública de ensino, os profissionais da educação, buscam incansavelmente assegurar aos alunos a promoção do conhecimento. Para tanto, reinventam-se diariamente e fazem novas releituras dos métodos educacionais a partir dos quatro pilares do conhecimento.

OS QUATRO PILARES DO CONHECIMENTO

No fim da década de 1990, a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, elaborou o relatório sob a forma de livro com o título “Educação – Um tesouro a descobrir”, também conhecido como Relatório de Jacques Delors, foi produzido pela Unesco e nele foi formulado os pilares que deveriam sustentar a educação para o desenvolvimento do século vigente.

A partir desse estudo, se observou que cada ser humano tem um tesouro a ser descoberto e um caminho a seguir, por essa razão, especialmente no ambiente educacional, todos os saberes devem ser incentivados na mesma proporção. Nessa perspectiva, o aprendizado necessita seguir por toda a vida e calcado nos quatro pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos.

O primeiro pilar da educação, aprender a conhecer, também conhecido como aprender a aprender, se refere a aquisição de instrumentos de compreensão e descoberta. É a base de toda formação, visto que nesse pilar, o conhecimento é construído e lapidado.

Ribeiro (2019, p. 618), assinala que “aumentando-se o saber é possível compreender melhor o ambiente que nos cerca sob suas múltiplas facetas, favorecendo o aguçamento da curiosidade intelectual, estimulando o espírito crítico”.

Aprender a fazer é colocar em prática tudo que foi aprendido na teoria, saber transmitir o conhecimento, se comportar diante de determinadas

situações, bem como adaptar os métodos de ensino à realidade vivenciada por determinado grupo, facilitando o trabalho em equipe.

Aprender a ser é o objetivo da educação, formar cidadãos que buscam o autoconhecimento diariamente. Nesse sentido, Ribeiro (2019, p. 618), destaca que “todo o ser humano deve ser preparado para elaborar pensamentos autônomos e formular avaliações críticas próprias, que permitam decidir por si mesmo”.

Ocorre que, por décadas, esse pilar não era observado ao elaborar os planos de ensino. Cury (2018, p. 33), narra que:

O sistema acadêmico, por ser fonte de respostas prontas, estava destruindo sutilmente a formação de pensadores no mundo todo. O conhecimento dobrava a cada cinco ou dez anos, mas a formação de engenheiro de ideias estava morrendo.

Atualmente, tem-se observado a necessidade de as escolas trabalharem o “aprender a ser”, pois, diante de tantas informações, os alunos desenvolvem uma série de problemas emocionais, como, por exemplo, ansiedade, depressão, síndrome do pensamento acelerado, etc. e, grandes pensadores, apáticos, enterrando sonhos e inseguros de suas capacidades.

Cury (2018, p. 41), faz a seguinte reflexão:

Se a emoção estiver tensa, ela fecha as janelas e bloqueia a racionalidade, levando o ser humano a reagir por instinto, como um animal. Se a emoção estiver serena e tranquila, abrem-se as janelas da memória e expande-se a arte de pensar.

Por fim, o pilar aprender a viver juntos ou conviver, mostra a necessidade de fortalecer a

reciprocidade e respeitar a diversidade. Deve-se analisar as características comuns, não àquelas que diferem, pois, dessa forma, será possível alcançar objetivos comuns e exercitar à alteridade.

CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS PARA UMA BOA EDUCAÇÃO

Uma boa educação deve ser regida pela gratuidade, qualidade, não discriminação, boa infraestrutura e escola que se adapte ao seu grupo de alunos e suas culturas. Ribeiro (2019, p. 626), aprofundando ainda mais essas características, assevera que:

O ensino deve ser desenvolvido visando à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, à liberdade de aprender, à pluralidade de ideias, à gestão democrática, à garantia do padrão de qualidade e à valorização dos profissionais da educação.

Havendo a ausência de alguma dessas características, o direito social não é garantido com eficiência aos cidadãos. Infelizmente, ainda é a realidade de muitos lugares, como será visto nos próximos tópicos.

A REVOLUÇÃO DA INTERNET NA VIDA GLOBALIZADA

Desde o início das civilizações, o homem busca superar seus limites e dar asas a sua imaginação. É inegável que no último milênio, surgiram inúmeras ideias revolucionárias, como, por exemplo, a máquina a vapor, a lâmpada elétrica, o avião, o automóvel, entre outros e, a partir daí, nasce o questionamento “quais foram as invenções que mais revolucionaram a história da humanidade?”.

Sem hesitar, a inovação mais recente que revolucionou o mundo inteiro foi a internet. A ferramenta movimentou o mercado de capitais e

impulsionou a produção mercantil, porquanto, divulgar, ensinar, aprender, vender e comprar tornou-se mais fácil. Além disso, houve uma grande mudança na forma de as pessoas se comunicar, expressar e conquistar seus objetivos.

No seu primórdio, a *Web* era utilizada pelo Estado, por acadêmicos, pesquisadores, cientistas e outras poucas pessoas que se interessavam e podiam ter acesso a essa tecnologia de alto custo. Entretanto, jovens cientistas trabalhavam arduamente para que esta ferramenta se tornasse mais acessível e atrativa à todas as pessoas.

Conforme idealizado, nas últimas décadas a ferramenta de buscas se tornou acessível a todos e um universo repleto de informações e possibilidades, onde com um clique o ser humano pode ir onde quiser e o melhor, sem sair fisicamente do lugar em que se encontra.

Nesse seguimento, a virtualização no ambiente educacional também passou a ser uma realidade. Muitas pessoas começaram a se graduar e especializar através das telas. As possibilidades de crescimento pessoal e profissional se tornaram mais amplas, porquanto facilitou o enriquecimento do saber, a geração de renda e criar conexões. Barreto Júnior e Rodrigues (2012), também apontam a influência das TICs no desenvolvimento da nação. Veja-se:

As tecnologias de informação e comunicação constituem importante motor para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país e, para o acesso à internet, em particular, as conexões de banda larga são essenciais para a adoção efetiva dessas tecnologias pela população. A utilização das TIC, seguida de sua apropriação, tem implicações sociais e possíveis impactos no crescimento econômico do Brasil.

Com a pandemia de Covid-19, essa modernidade foi essencial para a manutenção das

relações sociais e econômicas. As escolas e universidades presenciais, aderiram ao ensino remoto, possibilitando a continuidade das atividades e construção do saber.

Nesse jaez, também se ampliou a quantidade de informações compartilhadas e captadas, os professores começaram a enfrentar grande desafio: conscientizar seus alunos que a construção da base do saber pelo método tradicional é muito importante, visto que, a partir daí, as opiniões críticas são fundamentadas (aprender a conhecer) e a convivência humana exercida.

DA INCLUSÃO DIGITAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL

A internet e as novas tecnologias estão ofertando aos estudantes amplo acesso à informação, contudo, à luz dos pilares aprender a conhecer e aprender a fazer, o professor, além do direcionamento científico, deve ensiná-los a buscar essas informações em sites seguros e identificar o que é verdade ou não.

É uma missão desafiadora, porquanto, na atualidade, a transmissão de informações tornou-se muito acessível. Os alunos consomem muito conteúdo, porém, o rendimento é menor, já que existem dados imprecisos, duvidosos, distrações, dentre outras vicissitudes. Indo além, estão se tornando mais ansiosos e imediatistas.

Com isso, é necessário buscar o equilíbrio e reformular constantemente o processo de ensino e aprendizagem. As novas tecnologias são uma ferramenta valiosa e que deve ser utilizada da forma e na medida adequada.

Noutra perspectiva, como será narrado no tópico seguinte, ainda existe outro desafio: oportunizar a todos o acesso à inovação. Do mesmo modo que excesso de informações pode causar a estagnação na aprendizagem, a falta delas também trazem prejuízos.

Cury (2018, p. 64), alerta “a informação torna-se inútil sem o conhecimento do ser humano para aplicá-la produtivamente. Um livro que não é lido, não tem valor

paraninguém, ainda que traga conteúdos incríveis”.

Nesse cenário, é necessário estimular a curiosidade intelectual do aluno, de modo a promover disciplina, autonomia e gestão de aprendizagem pessoal. Logo, a inclusão digital, promovida democrática e adequadamente no ambiente educacional, otimizará os resultados, formando, profissionais e cidadãos detentores de conhecimento.

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS

Delors (2001, p. 65), no fim da década de 1990, já alertava que as novas rupturas poderiam ocasionar novos desequilíbrios, porquanto, haveria grupos que conseguiriam implantar as novas tecnologias no ambiente educacional, ao passo que, outros não teriam recursos financeiros ou incentivo político. Veja-se:

Regressando ao domínio da educação e da cultura parece que o maior risco reside, essencialmente, na criação de novas rupturas e de novos desequilíbrios. Estes novos desequilíbrios podem aparecer entre as diversas sociedades, isto é, entre as que souberam adaptar-se às novas tecnologias e as que não o fizeram por falta de recursos financeiros ou de vontade política.

O mesmo estudioso (2001, p. 190), ainda acrescenta que, para não aumentar as desigualdades sociais, deve ser ensinado aos alunos como utilizar as novas ferramentas tecnológicas, principalmente como instrumento de aquisição e difusão de saberes.

[...] a fim de não aprofundar ainda mais as desigualdades sociais, que os sistemas educativos ensinem a todos os alunos o domínio e a mestria destas técnicas. Dois objetivos devem, desde já, orientar esta tarefa: assegurar uma melhor difusão de saberes e aumentara igualdade de oportunidades.

Entretanto, mesmo havendo a intenção de conduzir os ensinamentos através novas formas de aquisição do conhecimento, os professores encontram uma série de obstáculos.

Dados do Censo Escolar de 2021, mostram que cerca de 25% das escolas do país não têm acesso à internet. Observou-se também que as escolas públicas em áreas rurais e alunos em situação de vulnerabilidade são os mais prejudicados, ou seja, há a falta de recursos tecnológicos, infraestrutura e quando existe algum equipamento, este é de baixa qualidade. A conexão com a internet também é um grande problema, costuma ser lenta, tornando o ensino ineficiente e penoso.

Indo além, no ambiente doméstico, muitos alunos e, até mesmo professores, também não possuem acesso à tecnologia, o que ficou evidente na pandemia do novo coronavírus. Diante da ausência de aparatos tecnológicos e a necessidade de distanciamento físico, cerca de 5 milhões de alunos em idade escolar estavam fora das salas de aula, situação que ocasionou grande déficit na aprendizagem.

Os professores da rede pública que lecionam na educação básica, visando reduzir o déficit educacional decorrente da “exclusão digital”, colocaram em prática o pilar da educação, aprender a fazer, principalmente na zona rural, imprimiam as tarefas e os servidores dirigiam-se até a casa dos alunos para levar o material.

Contudo, mesmo adotando essa alternativa, o desenvolvimento dos alunos não atingiu o nível esperado, visto que muitos responsáveis não tinham leitura e não conseguiam auxiliar as crianças e adolescentes na execução das tarefas. Outros fatores prejudiciais também constatados foram a baixa qualidade na conexão e dos equipamentos domésticos, a instabilidade do sinal e a falta de conhecimento de como operar os programas e as ferramentas digitais.

Diante dessa realidade, além das medidas implantadas no ambiente escolar, também é necessário levá-las às famílias mais carentes, pois assim os

estudantes conseguirão, com o auxílio do professor, aprender, executar as tarefas, criar perspectivas de aprendizagem, saber que no campo terão as mesmas oportunidades da zona urbana, bem como serão agentes multiplicadores da educação digital.

Nesse sentido, Kummer (2019, p. 39), assevera:

Os filhos (estudantes) podem ser os multiplicadores da educação digital entre os demais membros do grupo familiar. Embora seja um papel da escola estender essa formação para as famílias dos estudantes rurais, é imprescindível considerar o caráter disseminador que as gerações mais jovens têm em relação à tecnologia.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação – TICs, no ambiente escolar rural deve ser refletido como um processo de ampliação das possibilidades cognitivas dos alunos e de todos que estão a sua volta. Esse investimento potencializa crescimento intelectual, operacional das propriedades rurais, a criação de conexões e reduz a dicotomia entre rural e urbano.

DAS MEDIDAS PARA AFASTAR A EXCLUSÃO DIGITAL

Garantir o acesso à inovação aos estudantes e professores da rede pública de ensino é um dos grandes desafios a transpor na educação, mas não é impossível. É necessário que as autoridades públicas e a iniciativa privada destinem recursos às escolas para o investimento em tecnologia, assim como promovam capacitações dos profissionais para trabalhar com as novas demandas.

Nas escolas do campo, é necessário ampliar os laboratórios de informática, de modo a oportunizar a comunidade o acesso às TICs, promover a alfabetização digital e ser o ponto de apoio para aqueles que mais precisam. Kummer (2019, p. 43), assim destaca:

As escolas inseridas em espaços rurais são o ponto-chave do desenvolvimento e da inclusão digital no campo. Seja como polos irradiadores de tecnologia, ou como local da produção do conhecimento tecnológico, de familiarização e de divulgação. Construir ambientes apropriados nessas instituições é crucial para o fomento dessas tecnologias.

Nas comunidades mais vulneráveis, antes promover as medidas individuais de inclusão, é necessário que as escolas sejam equipadas para atender a coletividade. Dado esse passo inicial, passa-se a expansão doméstica que também possui significativa relevância.

No que tange ao auxílio pessoal e doméstico, já existem a promoção de algumas ações, como, por exemplo, o Programa de Inclusão Digital, instituído pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o fornecimento de notebooks aos professores pelo município de Varre-Sai/RJ.

Na UFRJ, assim como em diversas universidades, o recurso financeiro concedido foi uma ajuda de custo para a compra de computador do tipo notebook ou desktop, smartphone e chip. Consoante o art. 2º do Edital nº 102/21, a medida oportunizou aos alunos hipossuficientes o acompanhamento das aulas remotas:

O Auxílio Inclusão Digital consistirá em ofertar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as condições técnicas necessárias para o acesso à internet que viabilizem o acompanhamento das aulas remotas.

Houve o fomento da inclusão digital, porquanto foi assegurado aos alunos mais vulneráveis a possibilidade de participar das atividades acadêmicas remotas.

Já a Prefeitura de Varre-Sai/RJ, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e com os recursos do

programa Salário-Educação, em 2021 forneceu um notebook a cada professor da rede municipal de ensino, a título de comodato. Conforme informações retiradas do sítio eletrônico do município “o objetivo é ofertar aos professores uma ferramenta adequada para trabalhar em sistema remoto, além da adequação do sistema de gestão online i-Educar e i-Diário”.

Na entrega do aparelho, o Secretário de Educação (2021) destacou que “enquanto professor, no ano passado, em sala de aula, vivenciei essa realidade do ensino remoto, onde o professor não contava com o apoio das ferramentas adequadas para desenvolver seu trabalho”.

As duas iniciativas citadas são apenas exemplos de que é possível promover a igualdade de condições a todos. Nessa perspectiva, abranger os profissionais da educação aos programas de inclusão digital, também é necessário, pois os equipamentos que suportam a elevada troca de informações, como, videoconferência, troca massiva de mensagens e arquivos são de alto custo e muitos não têm condições financeiras para adquiri-los.

Do mesmo modo acontece com os alunos, não basta ter acesso a um dispositivo eletrônico, é preciso que este seja compatível com as necessidades, possua todas as ferramentas de conectividade na sua integralidade, pois a presença de um e a ausência de outro, não atende a finalidade almejada.

Logo, com esses incentivos, os professores poderão elaborar aulas interativas, auxiliar prontamente os alunos, apresentar eles à tecnologia, ensinar a utilizar as ferramentas e dar-lhes oportunidades semelhantes que os discentes da rede privada possuem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo observou-se que a tecnologia está presente em tudo, mas não em todos os lugares. Nas últimas décadas, a sociedade tornou-se globalizada, impactando a vida os seres humanos em todos os aspectos. A mudança mais radical foi durante a

pandemia, visto que as TICs ganharam proporções inimagináveis.

Ensinar, aprender, gerar renda, conectar pessoas, comunicar com agilidade, dentre outras atividades, tornou-se muito mais fácil e atrativo. Com esses todos os benefícios também surgem as desigualdades sociais. Os equipamentos de informática, telefonia e internet, tem os seus custos e sem ser todos que conseguem ter acesso às inovações. Essa realidade torna-se ainda mais evidente na zona rural, pois somado ao quesito financeiro, nas áreas mais distantes, a conectividade é baixa ou até mesmo inexistente.

O período emergencial trouxe à luz uma realidade preocupante, a inovação nas escolas públicas e no campo, caminham a passos lentos. A educação, direito de todos e dever do Estado, não foi garantida integralmente, pois muitos alunos e familiares não possuíam acesso à tecnologia.

Os professores também enfrentaram e ainda enfrentam uma série de desafios. As escolas recebem pouco investimento tecnológico, a conexão com a internet em algumas localidades é instável, os equipamentos são de baixa qualidade, tornando o ensino penoso e improdutivo.

Nesse cenário, há a exclusão digital, pois, os alunos da zona urbana e escolas particulares conseguem manter o ritmo de estudos, acessar os conteúdos nas suas diversas facetas e desbravar novos horizontes. Situação que parece supérflua, mas que deve ser debatida com prioridade e urgência.

De modo a reduzir essas desigualdades, o Poder Público e a iniciativa privada, tem fomentado, mesmo que discretamente, projetos que oportunizam aos estudantes o acesso às TICs. Com isso, os professores poderão adaptar seus planejamentos pedagógicos à nova realidade, auxiliando os alunos a manusear e utilizar adequadamente as ferramentas tecnológicas, bem como conduzi-los a descoberta de um universo repleto de oportunidades.

Sendo assim, ao expandir a inovação para as

áreas mais remotas e garantir aos hipossuficientes igualdade de condições, haverá o pleno desenvolvimento da nação e do seu povo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EDUCA MAIS BRASIL (Brasil). Agência Educa Mais Brasil (ed.). **Inclusão digital não existe para 4,8 milhões de estudantes no Brasil: desigualdade reflete na educação. Desigualdade reflete na educação.** 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/inclusao-digital-nao-existe-para-48-milhoes-de-estudantes-no-brasil>. Acesso em: 02 ago. 2022.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; RODRIGUES, Cristina Barbosa (ed.). **Exclusão e inclusão digitais e seus reflexos no exercício de direitos fundamentais.** Redesg / Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global, Santa Maria/Rs, v. 1, p. 169-191, 27 jul. 2012. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/5958/pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**, promulgada em 05 de outubro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2021.** Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2021>. Acesso em: 02 set. 2022

BATISTA, Sandra Aparecida; FREITAS, Carlos Cesar G. **O uso da tecnologia na educação: um debate a partir da alternativa da tecnologia social. um debate a partir da alternativa da tecnologia social.** 2018. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rts/article/view/5784/4723>. Acesso em: 30 ago. 2022. CURY, Augusto. **Treine seu cérebro para provas.** Rio de Janeiro: Método, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (Estado). Resolução nº 6010, de 26 de novembro de 2021. **Dispõe sobre o pagamento da cota de indenização de despesas tecnológicas, em cota única extraordinária e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ, 29 nov. 2021. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCM/Server/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/Subportais/PortalGestaoPessoas/Legisla%3%a7%3%b5es%20SILEP/Legisla%3%a7%3%b5es

GONÇALVES, Jonas Rodrigo et al. **A evolução da tecnologia na educação.** 2019. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/65/50>. Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. **INCLUSÃO digital não existe para 4,8 milhões de estudantes no Brasil: Desigualdade reflete na educação. Desigualdade reflete na educação.** 2020. Agência Educa Mais Brasil. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/inclusao-digital-nao-existe-para-48-milhoes-de-estudantes-no-brasil>. Acesso em: 29 ago. 2022.

KUMMER, Rodrigo. **Inclusão digital em escolas rurais: apontamentos da EEB Catharina Seger.** Trabalho de Conclusão (Curso de Pós-Graduação lato sensu em Tecnologias para Educação Profissional) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2019. Disponível em: https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/840/RODRIGO%20KUMMER_TCC%20VERS%C3%83O%20PARA%20TITULA%C3%87%C3%83O.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 set. 2022.

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas.** In: SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. T. (Org.). **Convergência midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2. Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas). Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias.** In: Informática na Educação: Teoria & Prática. Porto Alegre, v.3, n.1, set. 2000. UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, pág. 137-144. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/download/6474/3862>. Acesso em: 26 jun. 2020 UNESCO. **Educação – Um tesouro a descobrir.** 5. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC, 2001, 281p.

RIBEIRO, Lauro. Direito Educacional. In: ANDRADE, Adriano et al. **Interesses difusos e coletivos.** São Paulo: Método, 2019. p. 617-646.

TERRA, Silaine. **Educação de Varre-Sai entrega notebooks para todos os professores da rede pública municipal de ensino.** 2021. Disponível em: <https://varresai.rj.gov.br/site/noticia/educacao-de-varre-sai-entrega-notebooks-para-todos-os-professores-da-rede-publica-municipal-de-ensino/458>. Acesso em: 15 set. 2022.